

ERRATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS, AMIDO FÉCULAS E FARINHAS, BISCOITOS E MASSAS SECAS, AÇUCARES, CAFÉS, CHÁS E ERVA MATE, CEREAIS INTEGRAIS E PROCESSADOS, CONDIMENTOS ESPECIARIAS E MOLHOS, CONSERVAS E OUTROS PROCESSADOS, LEGUMINOSAS, ÓLEOS E GORDURAS, PARA ATENDER A UNIDADE SESC PIATÁ, PELO PERÍODO DE 08 (OITO) MESES, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL.

A Pregoeira e a Presidente da Comissão Permanente de licitação, no uso de suas atribuições, torna público que, após a devida publicação do Instrumento Convocatório, houve a necessidade de alteração deste, conforme abaixo:

1. ONDE SE LÊ na página 1 do Edital: *“O Serviço Social do Comércio, pessoa jurídica de Direito Privado e sem fins lucrativos, através da Administração Regional no Estado da Bahia (Sesc/BA), com sede administrativa inscrita no CNPJ sob o n.º 03.591.002/0001-90, localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 1.109, Edifício Casa do Comércio Deraldo Mota, 8º andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA, por intermédio de Pregoeiro designado através da Portaria n.º 6023/2023, de 01/12/2023, ratificado pela Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria n.º 6169/2024, de 04/03/2024, torna público que realizará licitação, por meio do Portal de Compras Eletrônicas do Sesc Bahia, acessível no endereço: compras.sescbahia.com.br na modalidade Pregão Eletrônico, cujo critério de julgamento é o MENOR PREÇO POR ITEM, MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS, AMIDO FÉCULAS E FARINHAS, BISCOITOS E MASSAS SECAS, AÇUCARES, CAFÉS, CHÁS E ERVA MATE, CEREAIS INTEGRAIS E PROCESSADOS, CONDIMENTOS ESPECIARIAS E MOLHOS, CONSERVAS E OUTROS PROCESSADOS, LEGUMINOSAS, ÓLEOS E GORDURAS, com procedimento regido pelas condições deste Instrumento Convocatório e do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc n.º 1.570, de 20 de setembro de 2023, disponíveis no site www.sescbahia.com.br.”*; LEIA-SE: *“O Serviço Social do Comércio, pessoa jurídica*

de Direito Privado e sem fins lucrativos, através da Administração Regional no Estado da Bahia (Sesc/BA), com sede administrativa inscrita no CNPJ sob o n.º 03.591.002/0001-90, localizada na Avenida Tancredo Neves, n.º 1.109, Edifício Casa do Comércio Deraldo Mota, 8º andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA, por intermédio de Pregoeiro designado através da Portaria n.º 6023/2023, de 01/12/2023, ratificado pela Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria n.º 6169/2024, de 04/03/2024, torna público que realizará licitação, por meio do Portal de Compras Eletrônicas do Sesc Bahia, acessível no endereço: compras.sescbahia.com.br na modalidade Pregão Eletrônico, cujo critério de julgamento é o MENOR PREÇO POR ITEM, MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS, AMIDO FÉCULAS E FARINHAS, BISCOITOS E MASSAS SECAS, AÇÚCARES, CAFÉS, CHÁS E ERVA MATE, CEREAIS INTEGRAIS E PROCESSADOS, CONDIMENTOS ESPECIARIAS E MOLHOS, CONSERVAS E OUTROS PROCESSADOS, LEGUMINOSAS, ÓLEOS E GORDURAS, com procedimento regido pelas condições deste Instrumento Convocatório e do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc n.º **1.593, de 02 de maio de 2024**, disponíveis no site www.sescbahia.com.br;

2. ONDE SE LÊ na página 4 do Edital: “4.11 O Sesc/BA está constituído na forma de pessoa jurídica de Direito Privado, conforme determinou o Decreto-lei n.º 9853 de 13 de setembro de 1946 e, em conformidade com o seu Regulamento de Licitações e Contratos (Resolução Sesc n.º **1.570/2023**), não aplica em suas licitações os arts. 42 a 49 da LC n.º 123/06;” LEIA-SE: “4.11 O Sesc/BA está constituído na forma de pessoa jurídica de Direito Privado, conforme determinou o Decreto-lei n.º 9853 de 13 de setembro de 1946 e, em conformidade com o seu Regulamento de Licitações e Contratos (Resolução Sesc n.º **1.593/2024**), não aplica em suas licitações os arts. 42 a 49 da LC n.º 123/06;”;
3. ONDE SE LÊ na página 8 do Edital: “8.3.5 **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF)** da Empresa Licitante referente à Matriz ou Filial que será responsável pelo fornecimento do(s) produto(s) ou serviço(s);” LEIA-SE: “8.3.5 **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**”

(FGTS) da Empresa Licitante referente à Matriz ou Filial que será responsável pelo fornecimento do(s) produto(s) ou serviço(s);”

4. ONDE SE LÊ na página 9 do Edital: “8.6.7 Caso haja dissolução da sociedade, por óbvio, deverá o Pregoeiro e/ou Comissão de Licitação ser(em) informado(s) de imediato e haverá inabilitação do licitante sem que possa fazer-se substituir, e, na hipótese de não ter sido informado o Pregoeiro e/ou a Comissão, se tal licitante vencer o certame, será(ão) a ele imputada(s) a(s) penalidade(s) previstas no art. 39 e 40 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.570/2023**, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de eventual ação para ressarcimento de perdas e danos causados;” LEIA-SE: “8.6.7 Caso haja dissolução da sociedade, por óbvio, deverá o Pregoeiro e/ou Comissão de Licitação ser(em) informado(s) de imediato e haverá inabilitação do licitante sem que possa fazer-se substituir, e, na hipótese de não ter sido informado o Pregoeiro e/ou a Comissão, se tal licitante vencer o certame, será(ão) a ele imputada(s) a(s) penalidade(s) previstas no art. 39 e 40 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.593/2024**, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de eventual ação para ressarcimento de perdas e danos causados;”
5. ONDE SE LÊ na página 10 do Edital: “8.6.9 Os Licitantes que não atenderem integralmente aos requisitos referentes à Habilitação serão inabilitados a qualquer tempo, mesmo quando, após ultrapassada a referida fase da licitação, for constatada alguma omissão ou ausência de requisito ou condição de inabilitação previstos neste Edital e/ou no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.570/2023** devendo ser resguardada a observância de oportunidade para exercício do contraditório e da ampla defesa;” LEIA-SE: “8.6.9 Os Licitantes que não atenderem integralmente aos requisitos referentes à Habilitação serão inabilitados a qualquer tempo, mesmo quando, após ultrapassada a referida fase da licitação, for constatada alguma omissão ou ausência de requisito ou condição de inabilitação previstos neste Edital e/ou no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.593/2024** devendo ser resguardada a observância de oportunidade para exercício do contraditório e da ampla defesa;”

6. ONDE SE LÊ na página 10 do Edital: “9.1 A presente Licitação tem como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**, e será processada e julgada pelo Pregoeiro e pela Comissão de Licitação, em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.570/2023**, utilizando o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**.” LEIA-SE: “9.1 A presente Licitação tem como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**, e será processada e julgada pelo Pregoeiro e pela Comissão de Licitação, em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.593/2024**, utilizando o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**.”

7. ONDE SE LÊ na página 16 do Edital: “14.4 Os participantes que puderem ter a sua situação no processo afetada pela reconsideração da decisão, poderão se manifestar sobre o pedido, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da **sua ciência**,” LEIA-SE: “14.4 Os participantes que puderem ter a sua situação no processo afetada pela reconsideração da decisão, poderão se manifestar sobre o pedido, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da **publicação do resultado**,”

8. ONDE SE LÊ na página 17 do Edital: “15.2.1 Superadas as fases do julgamento das propostas comerciais e da Habilitação, incluído o julgamento de recurso(s) eventualmente interposto(s), constatada a regularidade do procedimento licitatório, poderá o seu resultado final ser encaminhado para homologação pela Autoridade Competente do Sesc/BA, com estrita observância do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.570/2023**,” LEIA-SE: “15.2.1 Superadas as fases do julgamento das propostas comerciais e da Habilitação, incluído o julgamento de recurso(s) eventualmente interposto(s), constatada a regularidade do procedimento licitatório, poderá o seu resultado final ser encaminhado para homologação pela Autoridade Competente do Sesc/BA, com estrita observância do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.593/2024**,”

9. ONDE SE LÊ na página 18 do Edital: “15.3.2 Caso o Licitante não compareça para a assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** ou se recuse a tal, injustificadamente, a juízo da Autoridade Competente, decairá de todos os direitos ali constantes, ficando seu(s) preço(s) invalidado(s), sendo a empresa penalizada

com suspensão do direito de licitar e contratar com o Sesc/BA por prazo não superior a **05 (cinco)** anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Instrumento Convocatório e na legislação pertinente;” LEIA-SE: “15.3.2 Caso o Licitante não compareça para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou se recuse a tal, injustificadamente, a juízo da Autoridade Competente, decairá de todos os direitos ali constantes, ficando seu(s) preço(s) invalidado(s), sendo a empresa penalizada com suspensão do direito de licitar e contratar com o Sesc/BA por prazo não superior a **03 (três)** anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Instrumento Convocatório e na legislação pertinente;”

10. ONDE SE LÊ nas páginas 19 do Edital: “16.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de adesão por outro Departamento/Unidade da entidade contratante e por outros serviços sociais autônomos.” LEIA-SE: “16.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de adesão pelo Departamento Nacional do Sesc (DN), Departamento Regional do Sesc (DR) com jurisdição em qualquer das bases territoriais correspondentes, bem como, outros serviços sociais autônomos, desde que nas mesmas condições firmadas com o Sesc Bahia, nos termos da Resolução **1.593/2024** (Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc).”

11. ONDE SE LÊ na página 20 do Edital: “18.2 Para efeito de cumprimento legal do fornecimento do objeto desta Licitação, o Pedido – (PED), juntamente com este Edital e seus anexos, considerados em conjunto, terá, para as partes envolvidas, a natureza jurídica e produzirá todos os efeitos de um Contrato escrito, atendendo ao disposto no capítulo IX, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.570/2023**;” LEIA-SE: “18.2 Para efeito de cumprimento legal do fornecimento do objeto desta Licitação, o Pedido – (PED), juntamente com este Edital e seus anexos, considerados em conjunto, terá, para as partes envolvidas, a natureza jurídica e produzirá todos os efeitos de um Contrato escrito, atendendo ao disposto no capítulo IX, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.593/2024**;”

12. ONDE SE LÊ na página 20 do Edital: “ 18.4 A recusa do licitante adjudicado a receber o PED implicará em renúncia ao direito de contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 22 deste Instrumento Convocatório, conforme o art. 39 e 40 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, e sua omissão após o

recebimento caracterizará inadimplemento total, sujeito às penalidades também previstas no item 22, com respaldo no art. 40 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc (Resolução nº **1.570/2023**);” LEIA-SE: 18.4 A recusa do licitante adjudicado a receber o PED implicará em renúncia ao direito de contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 22 deste Instrumento Convocatório, conforme o art. 39 e 40 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, e sua omissão após o recebimento caracterizará inadimplemento total, sujeito às penalidades também previstas no item 22, com respaldo no art. 40 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc (Resolução nº **1.593/2024**);

13. ONDE SE LÊ na página 20 e 21 do Edital: “18.5 Caso o licitante adjudicado assine o PED e se negue a fornecer os produtos nele consignados, estará caracterizado descumprimento contratual, e ficará a Empresa sujeita às penalidades previstas no item 20 deste Edital no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc nº **1.570/2023** e na legislação pertinente, sem prejuízo de ação para ressarcimento de perdas e danos ou qualquer outra cabível ao caso concreto;” LEIA-SE: “18.5 Caso o licitante adjudicado assine o PED e se negue a fornecer os produtos nele consignados, estará caracterizado descumprimento contratual, e ficará a Empresa sujeita às penalidades previstas no item 20 deste Edital no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc nº **1.593/2024** e na legislação pertinente, sem prejuízo de ação para ressarcimento de perdas e danos ou qualquer outra cabível ao caso concreto;
14. ONDE SE LÊ na página 23 do Edital: “22.1.3 Suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesc/BA por até **05 (cinco)** anos conforme deliberação da Autoridade Competente, que decidirá de acordo com as cláusulas previstas na Resolução **1.570/2023** e outras aplicáveis.” LEIA-SE: “22.1.3 Suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesc/BA por até **03 (três)** anos conforme deliberação da Autoridade Competente, que decidirá de acordo com as cláusulas previstas na Resolução **1.593/2024** e outras aplicáveis.”
15. ONDE SE LÊ na página 24 do Edital: “22.7 Nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Instrumento Convocatório, no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.570/2023** do Conselho Nacional, é facultado ao Sesc BA

ajuizar demanda para ressarcimento de perdas e danos e/ou lucros cessantes provocados por conduta de qualquer dos licitantes, inclusive vencedor e contratado;” LEIA-SE: “22.7 Nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Instrumento Convocatório, no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.593/2024** do Conselho Nacional, é facultado ao Sesc BA ajuizar demanda para ressarcimento de perdas e danos e/ou lucros cessantes provocados por conduta de qualquer dos licitantes, inclusive vencedor e contratado;”

16. Na página 24, fica incluído o item “22.10” dispondo que:

22.10. As seguintes condutas ensejarão o impedimento do direito de licitar e terão abrangência nacional, cuja pena será aplicada pelo Departamento Nacional, por prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos:

22.10.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou na execução do Contrato;

22.10.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

22.10.3 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.10.4. Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação.

17. ONDE SE LÊ na página 25 do Edital: “23.7 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas no curso deste processo licitatório serão dirimidos pelo Pregoeiro e/ou Comissão de Licitação, que decidirá(ão) com base no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.570/2023** e, quando não for o bastante, buscará(ão) respaldo na legislação em vigor;” LEIA-SE: “23.7 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas no curso deste processo licitatório serão dirimidos pelo Pregoeiro e/ou Comissão de Licitação, que decidirá(ão) com base no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.593/2024** e, quando não for o bastante, buscará(ão) respaldo na legislação em vigor;”

18. ONDE SE LÊ na página 31 do Edital: “Ratifico, por fim, que me obrigo, através desta, ao fiel cumprimento de todos os termos contidos no Edital da licitação acima identificada e no PED decorrente de seu resultado, até a execução/cumprimento integral do objeto do(s) item(ns) para o(s) qual(is) for julgado vencedor neste certame, bem como estou ciente de que estou sujeito às penalidades previstas no Edital de licitação, em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução nº **1.570/2023** e legislação brasileira aplicável.” LEIA-SE: “Ratifico, por fim, que me obrigo, através desta, ao fiel cumprimento de todos os termos contidos no Edital da licitação acima identificada e no PED decorrente de seu resultado, até a execução/cumprimento integral do objeto do(s) item(ns) para o(s) qual(is) for julgado vencedor neste certame, bem como estou ciente de que estou sujeito às penalidades previstas no Edital de licitação, em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução nº **1.593/2024** e legislação brasileira aplicável.”
19. ONDE SE LÊ nas páginas 37 do Edital: “3.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de adesão por outro Departamento/Unidade da entidade contratante e por outros serviços sociais autônomos desde que nas mesmas condições firmadas com o Sesc Bahia .” LEIA-SE: “3.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de adesão pelo Departamento Nacional do Sesc (DN), Departamento Regional do Sesc (DR) com jurisdição em qualquer das bases territoriais correspondentes, bem como, outros serviços sociais autônomos, desde que nas mesmas condições firmadas com o Sesc Bahia, nos termos da Resolução **1.593/2024** (Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc).”
20. ONDE SE LÊ na página 40 do Edital: “6.2 Para efeito de cumprimento legal do fornecimento do(s) produto(s) da Ata de Registro de Preços, o Pedido (PED) terá natureza equivalente a de um Contrato, de acordo com o disposto no art. 31, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Nº **1.570/2023**,” LEIA-SE: “6.2 Para efeito de cumprimento legal do fornecimento do(s) produto(s) da Ata de Registro de Preços, o Pedido (PED) terá natureza equivalente a de um Contrato, de acordo com o disposto no art. 31, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Nº **1.593/2024**,”

21. ONDE SE LÊ na página 45 do Edital: “11.1.8 *Suspensão do direito de licitar ou contratar com as entidades dos serviços sociais autônomos por prazo não superior a **05 (cinco)** anos, conforme deliberação da Autoridade Competente, que decidirá de acordo com as cláusulas previstas na Resolução nº **1.570/2023** e outras aplicáveis*” LEIA-SE: “11.1.8 *Suspensão do direito de licitar ou contratar com as entidades dos serviços sociais autônomos por prazo não superior a **03 (três)** anos, conforme deliberação da Autoridade Competente, que decidirá de acordo com as cláusulas previstas na Resolução nº **1.593/2024** e outras aplicáveis;*”

22. ONDE SE LÊ na página 46 do Edital: “11.10 *É facultado ao Contratante exigir, ainda, do Contratado que não cumprir as obrigações assumidas, o ressarcimento de perdas e danos, nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Instrumento Convocatório, no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.570/2023**.*” LEIA-SE: “11.10 *É facultado ao Contratante exigir, ainda, do Contratado que não cumprir as obrigações assumidas, o ressarcimento de perdas e danos, nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Instrumento Convocatório, no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº **1.593/2024**.*”

23. Na página 46, fica incluído o item “11.11” dispondo que:

11.11. A ocorrência de quaisquer das seguintes condutas ensejará o impedimento do direito de licitar e terá abrangência nacional, cuja pena será aplicada pelo Departamento Nacional, por prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos:

11.11.1. Ter apresentado declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou ter prestado declaração falsa durante a licitação ou, ainda, na execução deste Contrato;

11.11.2. Ter fraudado a licitação ou praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;

11.11.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.11.4. Ter praticado atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação.

As demais previsões permaneceram inalteradas.

Salvador, 15 de maio de 2024.


LARISSA CRISTINA SILVEIRA DE ARAUJO
Pregoeira


MARIA APARECIDA DA SILVA
Comissão Permanente de Licitação